

continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 5º cargo das promotorias de justiça de Marabá;
CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob nº 46005/2018, em 1º/10/2018;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça ERICK RICARDO DE SOUZA FERNANDES para oficiar em conjunto com a promotora de justiça HYGÉIA VALENTE DE SOUZA PINTO, na sessão do tribunal do júri, pautada para o dia 5/10/2018, referente aos autos do processo nº 0020476-52.2016.8.14.0028, de atribuição do 5º cargo das promotorias de justiça de Marabá, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 3 de outubro de 2018.
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Subprocuradora-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 7473/2018-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob nº 45641/2018, em 27/9/2018;

R E S O L V E:

DESIGNAR a promotora de justiça ROSÂNGELA ESTUMANO GONÇALVES HARTMANN para oficiar perante a vara do juizado especial criminal de Redenção, no período de 1º a 31/10/2018, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 3 de outubro de 2018.
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Subprocuradora-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 7475/2018-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob nº 45641/2018, em 27/9/2018;

R E S O L V E:

DESIGNAR a promotora de justiça ADRIANA MARIA PRIMO DE CARVALHO para oficiar perante a vara do juizado especial criminal de Conceição do Araguaia, no período de 1º a 31/10/2018, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 3 de outubro de 2018.
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Subprocuradora-Geral de Justiça, Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 7476/2018-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO as férias do promotor de justiça Alfredo Martins de Amorim;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 2º cargo das promotorias de justiça de Conceição do Araguaia;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob nº 45532/2018, em 27/9/2018;

R E S O L V E:

DESIGNAR a promotora de justiça ADRIANA MARIA PRIMO DE CARVALHO para exercer nas promotorias de justiça de Conceição do Araguaia, as atribuições do 2º cargo, no período de 1º a 30/10/2018, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 3 de outubro de 2018.
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Subprocuradora-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 7477/2018-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, para área Jurídico-Institucional, no uso das atribuições previstas no art. 10, inciso VI, da Lei nº 8.625/93 c/c art. 18, incisos VI e XXIII; art. 26, inciso V e art. 113, inciso II, §2º, §3º e §5º, da Lei Complementar Estadual nº 57/2006;

CONSIDERANDO que a promotoria de justiça de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa de Belém possui 06 (seis) cargos de promotor de justiça instalados, contudo, está vago o 5º cargo, o promotor de justiça titular do 1º cargo, Dr. Edivar Cavalcante Lima Junior, está designado para atuar no 1º cargo da promotoria de justiça Militar, com prejuízo de suas atribuições originárias e o promotor de justiça titular do 6º cargo, Dr. Aldo de Oliveira Brandão Saife, está afastado do respectivo órgão de execução para atuar na Chefia de Gabinete da D. PGJ;

CONSIDERANDO que há 10 (dez) cargos vagos nas promotorias de justiça de 3ª entrância;

CONSIDERANDO a existência de 14 (quatorze) promotores de justiça de 3ª entrância afastados de seus respectivos órgãos de execução;

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de assegurar a continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 1º e 6º cargos da promotoria de justiça de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa de Belém, e, em atenção aos princípios da legalidade, impessoalidade, transparência e razoabilidade, a Subprocuradoria-Geral de Justiça usando das atribuições previstas no art. 61, parágrafo único, da LCE nº 057/2006 c/c art. 1º, inciso VII, alínea d, da portaria nº 114/2018-MP/PGJ, formulou consulta, inicialmente, aos membros que figuram até o 45º (quadragésimo quinto) colocado na lista de antiguidade da 2ª entrância, no entanto, como não houve inscrito, foi encaminhada até o 80º (octogésimo) colocado na lista de antiguidade da 2ª entrância, visando obter resposta quanto ao interesse para atuar por convocação no 1º e 6º cargos da promotoria de justiça de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa de Belém, com prejuízo de suas atribuições originárias, ad referendum do E. CSMP;

CONSIDERANDO que a referida convocação obedece ao critério da antiguidade;

CONSIDERANDO que dentre os membros consultados para convocação ao 1º e 6º cargos da promotoria de justiça de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa de Belém, os promotores de justiça Eliane Cristina Pinto Moreira e Evandro de Aguiar Ribeiro ocupam, respectivamente, a 48ª e 53ª colocação na lista de antiguidade da 2ª entrância, sendo, dentre os inscritos, os promotores de justiça mais antigos, atendendo também aos demais requisitos para convocação;

R E S O L V E:

I – CONVOCAR, ad referendum do Conselho Superior do Ministério Público, a promotora de justiça ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA para oficiar no 1º cargo da promotoria de justiça de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa de Belém, com prejuízo de suas atribuições no 8º cargo das promotorias de justiça de Castanhal, a contar de 4/10/2018, enquanto perdurar o afastamento do titular do referido cargo;

II – CONVOCAR, ad referendum do Conselho Superior do Ministério Público, o promotor de justiça EVANDRO DE AGUIAR RIBEIRO para oficiar no 6º cargo da promotoria de justiça de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa de Belém, com prejuízo de suas atribuições no cargo da promotoria de justiça de Vigia, a contar de 4/10/2018, enquanto perdurar o afastamento do titular do referido cargo.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 3 de outubro de 2018.
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Subprocuradora-Geral de Justiça,
Jurídico-Institucional, com delegação de PGJ
(PORTARIA Nº 114/2018-MP/PGJ)

Protocolo: 371985

AVISO Nº 034/2018-CSMP

Faço público, a quem interessar possa, o aditamento à pauta da 19ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, que será realizada no dia 18 de outubro de 2018, às 9h, no Plenário "Procurador de Justiça Octávio Proença de Moraes", no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade, com inclusão dos itens a seguir:

Processos de Relatoria do Conselheiro FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA:

PROCESSO Nº 000307-440/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em apuração

Origem: 2º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua

Assunto: Apurar a existência de sucataria supostamente irregular no interior da APA Metropolitana de Belém, localizada à Rua Celestino Rocha, nº 300.

PROCESSO Nº 000455-440/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Panificadora Pão Nosso

Origem: 2º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua

Assunto: Apurar uma possível poluição atmosférica por parte da Panificadora Pão Nosso, localizada na Travessa Pará, Park Anny, nº 232, Bairro águas Lindas, Ananindeua – PA.

PROCESSO Nº 000119-012/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): José Pereira Cardoso

Origem: PJ de Terra Santa

Assunto: Apurar possível infração ao direito dos idosos.

Processo de Relatoria da Conselheira LEILA MARIA MARQUES DE MORAES:

PROCESSO Nº 001428-940/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Correios de Marabá

Origem: 13º PJ de Marabá

Assunto: Providências no sentido de garantir acessibilidade nas Agências dos Correios de Marabá.

Processos de Relatoria da Conselheira CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO:

PROCESSO Nº 000114-012/2018

Requerente(s): Adonis Tenorio Cavalcanti

Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público do Pará - CSMP

Origem: 13º Cargo da Procuradoria de Justiça Criminal

Assunto: Autos do processo de vitaliciamento do Promotor de Justiça Dr. Adonis Tenorio Cavalcanti, previsto para o dia 29/10/2018.

PROCESSO Nº 000755-125/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): O Estado

Origem: 1º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo da Capital

Assunto: Apurar possível abandono e condições precárias de instalações e manutenção do imóvel onde funciona a Seccional Urbana do Comércio, situada à Travessa Frutuoso Guimarães esquina com Rua 15 de novembro, em Belém-PA.

Belém-PA, 10 de outubro de 2018.

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo: 371785

PORTARIA Nº 5874/2018-MP/PGJ

Autorizar deslocamento no âmbito do expediente nº 113398/2018 conforme abaixo relacionado:

NOME: JULIANA CABRAL COUTINHO ANDRADE

CARGO/FUNÇÃO: Promotor de Justiça de Santana do Araguaia

MATRÍCULA: 999.2839

ORIGEM: Santana do Araguaia – PA

DESTINO(S): Redenção/PA

PERÍODO(S): 18/08/2018 - 19/08/2018

FINALIDADE: Curso/encontro/seminário (anexar programação) -

Curso Básico e Avançado de Tiro

Belem, 09 de Agosto de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador Geral de Justiça

Protocolo: 371903

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 003-2016/MP/PJJ

O Promotor de Justiça de Jacareacanga retifica a Portaria n. 003/2016-MP/PJJ conforme decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará, onde se lê "Inquérito Civil Público", leia-se "Procedimento Administrativo".

Portaria nº 003/2016-MP/PJJ.

Acompanhado: Prefeitura Municipal de Jacareacanga.

Oswaldino Lima de Sousa - Promotor de Justiça"

Protocolo: 371755